

3.1. O Certificado Digital funciona como uma identidade virtual, permitindo a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação realizada por meios eletrônicos, como a web. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma entidade confiável, ou seja, uma Autoridade Certificadora (AC), que, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, vincula uma entidade (pessoa, processo ou servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados contêm as informações detalhadas sobre seu titular, conforme especificado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

3.2. Na prática, o certificado digital funciona como uma carteira de identidade virtual, permitindo identificar de forma segura o autor de uma mensagem ou transação em uma rede de computadores. O processo de certificação digital utiliza algoritmos lógicos e matemáticos para garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade das informações.

3.3. Todas as transações eletrônicas assinadas digitalmente possuem validade jurídica no Brasil, conforme determinado pela Medida Provisória n.º 2.200/01, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil).

3.4. A contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, dos serviços de emissão de certificados digitais ICP-Brasil para pessoas físicas (e-CPF A3), jurídicas (e-CNPJ A1) e TOKENS USB, justifica-se pela necessidade de garantir a segurança necessária para a virtualização de procedimentos que, anteriormente, eram realizados de forma presencial, como a assinatura de documentos. Além disso, a adoção dessa solução visa simplificar os processos, reduzir a burocracia, diminuir custos e proporcionar maior segurança nas transações e no acesso às informações.

3.5. A renovação dos certificados digitais do TCETO permitirá os seguintes benefícios:

3.5.1. Segurança: Os certificados digitais asseguram a autenticidade, privacidade e integridade das informações trafegadas em seus domínios de acesso externo. Essa segurança é essencial para proteger as informações contra fraudes e roubos de dados sensíveis.

3.5.2. Conveniência: Os certificados digitais possibilitam a validação automática de CPFs e CNPJs recém-cadastrados no sistema CADUN, além do cadastramento de informações referentes aos municípios tocantinenses no Sistema SIOPS do Ministério da Saúde, simplificando processos e reduzindo a necessidade de deslocamentos.

3.5.3. Eficiência: Com os certificados digitais, o TCETO poderá fornecer informações periódicas aos módulos do SICAP (Atos de Pessoal, Licitações, Contratos e Obras e Contábil Estadual) e utilizar ferramentas como o sistema de pregões eletrônicos do Governo Federal (Compras-net) e SICONFI.

3.6. A quantidade de certificados a ser adquirida está em conformidade com as necessidades de consumo e utilização da instituição, conforme detalhado abaixo:

3.6.1. Serão adquiridos 4 (quatro) certificados digitais tipo e-CNPJ A1, com validade de 1 (um) ano, para atender o CNPJ da Unidade Orçamentária do Tribunal e o Fundo de Aperfeiçoamento.

3.6.2. Será disponibilizada a emissão de 30 (trinta) certificados digitais tipo e-CPF e TOKENS USB, em razão da necessidade de diversas áreas acessarem e homologarem as informações prestadas ao CADUN, SICAPs, Compras-net, SICONFI, entre outros sistemas. A cada mudança de gestão ou de lotação das pessoas responsáveis pela prestação das informações, será necessário fornecer novos certificados digitais.

3.7. A motivação para a presente contratação é assegurar a continuidade dos serviços essenciais do TCETO, mesmo com a mudança de gestão. Os certificados digitais são necessários para a realização de diversas atividades, como a assinatura de documentos, o acesso a sistemas e a participação em pregões eletrônicos. Além disso, a contratação está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do TCETO, que visa à modernização e à melhoria da gestão. Os certificados digitais são uma ferramenta essencial para a realização de processos eletrônicos, contribuindo para a eficiência e a transparência das atividades do Tribunal.

3.8. A melhor forma identificada para a contratação é por meio do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a quantidade de certificados a ser utilizada poderá variar conforme a demanda.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada, designada por meio de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços relacionados a certificados digitais, deverá cumprir rigorosamente as especificações e normas estabelecidas pela ICP-Brasil, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas.

4.2. A contratada deverá apresentar documentação comprobatória que ateste sua condição de Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

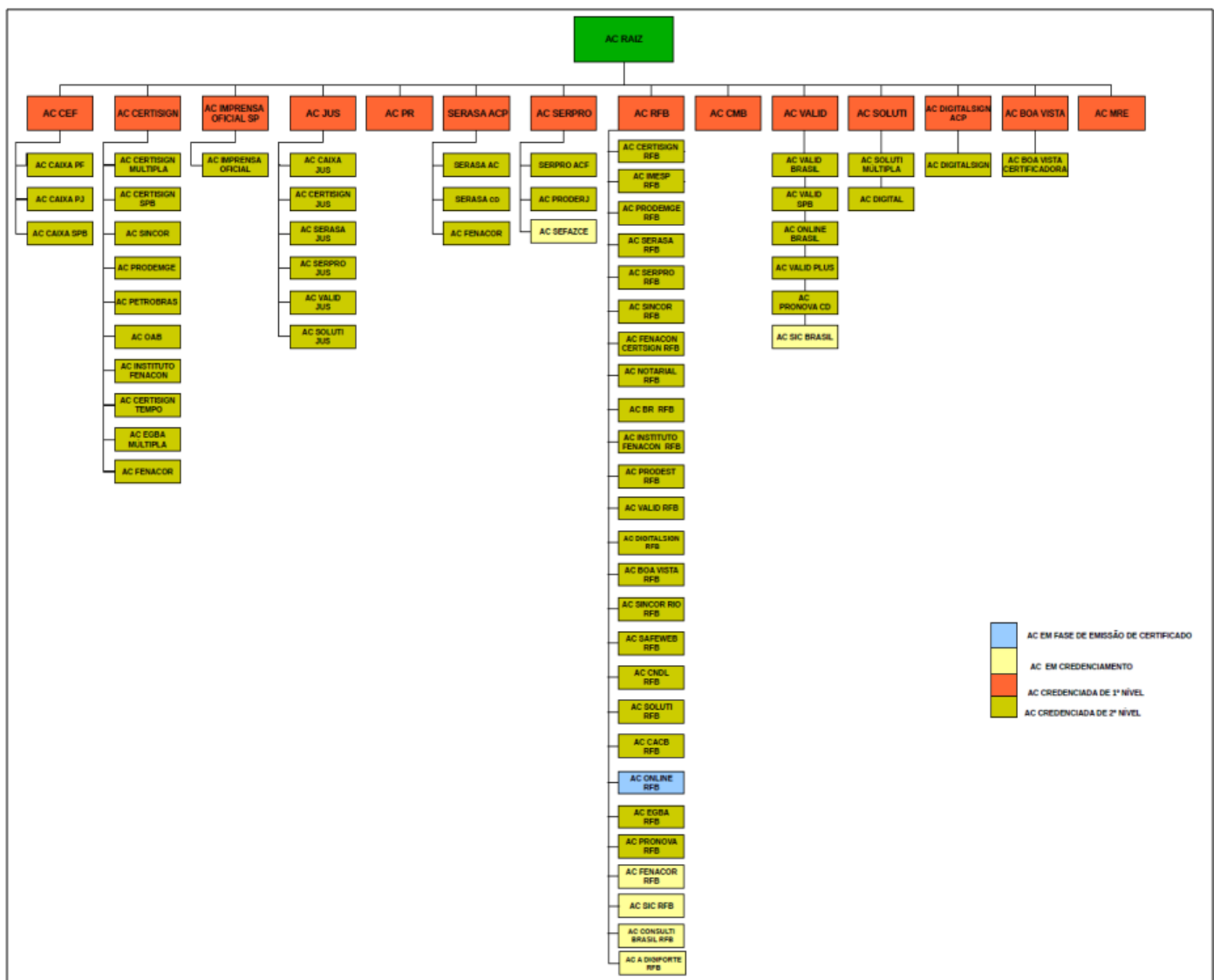
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para atender às necessidades identificadas neste estudo, a solução proposta requer a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de certificação digital, conforme as normas estabelecidas pela ICP-Brasil. Os serviços devem incluir a emissão de certificados digitais, o fornecimento da mídia de armazenamento (token) e/ou a contratação de certificados digitais destinados a suprir as demandas do IFPB, observando todos os requisitos exigidos pelas normas vigentes.

5.2. Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio da consulta a processos de contratação correlatos, com objetivo de identificar possíveis novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades do TCETO. Não foram constatadas variações significativas na execução dos serviços no que tange às atribuições da empresa a ser contratada.

6. ANÁLISES DAS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

6.1. Foi realizada uma consulta às empresas cadastradas como Autoridade de Registro e Autoridades Certificadoras vinculadas à infraestrutura ICP-Brasil, conforme informações disponíveis no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), apresentado na figura a seguir:



Disponível em: <https://estrutura.iti.gov.br/>. Acesso em: <27/12/2024>.

6.2. No Brasil, existem diversas Autoridades Certificadoras que oferecem serviços de certificação digital em diferentes níveis. No nível mais alto estão as Autoridades Certificadoras de primeiro nível, responsáveis pela emissão de certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas. Entre elas, destacam-se: Serpro, Caixa Econômica Federal, Serasa Experian, Receita Federal do Brasil, Certisign, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, AC JUS, AC da Presidência da República, Casa da Moeda do Brasil, Valid Certificadora Digital, Soluti Certificação Digital, Digital Sign, Boa Vista SCPC e o Ministério das Relações Exteriores.

6.3. Algumas dessas autoridades certificadoras oferecem serviços apenas para públicos específicos ou fornecem apenas determinados tipos de certificação. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores emite exclusivamente certificados digitais para assinar os componentes eletrônicos do novo passaporte brasileiro. Da mesma forma, a Autoridade Certificadora da Presidência da República fornece certificados destinados a autoridades e servidores da Presidência da República, Vice-Presidência da República e do Poder Executivo Federal, necessários para autenticação em aplicativos geridos pela Presidência.

6.4. Para a contratação via Ata de Registro de Preços, objeto deste documento, são relevantes as empresas que comercializam os tipos de certificados digitais necessários, como Serasa, Certisign, Valid, Soluti, Digital Sign, Boa Vista SCPC, Serpro e suas respectivas Autoridades de Registro.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Com o objetivo de assegurar a segurança, confiabilidade e integridade nas transações realizadas pela rede corporativa do TCETO, a solução de certificação digital deverá incluir os seguintes tipos de certificados: e-CNPJ e e-CPF. Esses certificados digitais deverão atender às seguintes características e funcionalidades mínimas:

CERTIFICADOS DIGITAIS e-CPF

1. Ser gerado e armazenável em dispositivo portátil do tipo Token;
2. Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
3. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros.
4. Conter nível: A3;
5. Ser compatível com os sistema operacional Windows 7 ou superior;
6. Possuir compatibilidade compatível com os principais navegadores modernos, incluindo as versões mais recentes do Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Apple Safari;
7. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;
8. Ser protegido por senha; 9. Validade de 36 meses.

TOKENS USB

1. Características Gerais:

- 1.1. Com conexão via usb;
- 1.2. Suporte à hierarquia v5 da icp-brasil para armazenamento de certificado digital e-cpf, tipo a3;
- 1.3. Compatibilidade com chave criptográfica sha-2 de 2048 bits;
- 1.4. Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows e Mac OS;
- 1.5. Deve ser aceito certificados emitidos pelas principais autoridades certificadoras ICP BRASIL;
- 1.6. Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 32 Kbytes;
- 1.7. Disponibilizar driver para que os frameworks Java JCA e Java JCE se comuniquem em perfeita harmonia com a biblioteca PKCS#11 nativa do token, de tal forma que aplicações em Java possam utilizar qualquer das funcionalidades existentes no padrão PKCS#11 por meio dos frameworks Java JCA e Java JCE;
- 1.8. Possuir indicador luminoso de estado do dispositivo;
- 1.9. Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 1024bits;
- 1.10. Possuir carcaça resistente à água e à violação;
- 1.11. Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o Certificate Store do ambiente Microsoft Windows 2000 e versões superiores;
- 1.12. Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
- 1.13. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- 1.14. Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;
- 1.15. Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- 1.16. Os tokens deverão ser novos e entregues devidamente protegidos e embalados;
- 1.17. Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da notificação;

CERTIFICADOS DIGITAIS e-CNPJ

1. Ser gerado e armazenado no próprio computador, sem que haja necessidade de utilização de dispositivo portátil do tipo Token ou SmartCard;
2. Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
3. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros.
4. Conter nível: A1;
5. Ser compatível com os sistema operacional Windows 7 ou superiores;
6. Possuir compatibilidade com navegadores web: Microsoft Internet Explorer versão 6.0 e superiores, Mozilla Firefox versão 3.0 e superiores, Safári 1.2 e superiores e Google Chrome versão 87 ou superior;
7. Ser protegido por senha;
8. Validade de 12 meses.

Características comuns aos serviços acima:

- Acesso à Infraestrutura de Chaves Públicas com raiz ICP-Brasil;
- Adesão às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Certificado com codificação (criptografia) mínima de 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits;
- Compatibilidade com os navegadores web Microsoft Edge e Mozilla Firefox a partir da versão 48, sem instalação adicional de plugins ou instalação manual de certificados;
- Compatibilidade com servidores web que suportem os protocolos SSL, TLS e HTTPS;
- Disponibilidade da certificação 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;
- Licença ilimitada para uso em servidores web sem custo adicional;
- Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, Windows Server e Linux;
- Suporte remoto via telefone, e-mail ou website para esclarecer dúvidas técnicas e cadastrais, incluindo:
 - Geração do Certificate Signing Request (CSR);
 - Validação da solicitação de compra;
 - Instalação dos certificados.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Para a contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, de certificações e novas emissões de certificados destinados ao TCETO, estimou-se a necessidade para o ano de 2024 considerando o histórico de uso, as contratações realizadas em exercícios anteriores e a previsão de troca na gestão para o biênio 2025/2026. A quantidade estimada de certificados é a seguinte:

8.1.1. 4 (quatro) Certificados Pessoa Jurídica do tipo e-CNPJ A1, com validade de 12 (doze) meses, sendo 2 (dois) para o Tribunal de Contas e 2 (dois) para o Fundo de Aperfeiçoamento;

8.1.3. 30 (trinta) Certificados Pessoa Física, que serão solicitados à CONTRATADA conforme demanda, para atender necessidades futuras, como substituição e lotação de servidores em setores que utilizem certificados digitais ou para demandas eventuais de outros serviços.

8.2. Histórico das emissões de certificados digitais realizadas nos últimos três anos na Corte de Contas, com a estimativa de vencimentos em 2027:

2024					
Tipo	Adquiridos	Emitidos	Prazo	Expira em	Processo
E-CPF	20	18	3 anos	2027	23.005595-8
E-CNPJ	2	2	1 ano	2025	23.005595-8
2023					
Tipo	Adquiridos	Emitidos	Prazo	Expira em	Processo
E-CPF	10	5	3 anos	2026	22.004491-0
E-CNPJ	2	2	1 ano	2024	22.004491-0
2022					
Tipo	Adquiridos	Emitidos	Prazo	Expira em	Processo
E-CPF	5	5	3 anos	2025	21.004770-4
E-CNPJ	2	2	1 ano	2023	21.004770-4

8.2.1. Conforme a tabela demonstrativa, em 2027 irão expirar os certificados e-CNPJ, ambos com validade de 1 (um) ano, além de 5 (cinco) certificados e-CPF emitidos em 2023, cuja validade é de 3 (três) anos.

8.3. Diante desse cenário e considerando a troca de gestão para o biênio 2025/2026, justifica-se a necessidade de manter o quantitativo de certificados a serem adquiridos em 2026 em comparação ao ano anterior. Destaca-se que a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e a RA nº 7/2023 do TCETO permitem a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratações diretas, sendo essa a modalidade mais adequada para atender às demandas do TCETO na aquisição de certificados digitais.

8.4. É importante ressaltar que a contratação está em conformidade com o Plano Anual de Compras e visa atender às necessidades previamente planejadas.

8.5. Por fim, o Sistema de Registro de Preços é a modalidade de contratação mais eficiente, considerando que o quantitativo de certificados pode variar conforme a demanda. Os certificados do tipo e-CNPJ têm validade de 1 (um) ano, enquanto os do tipo e-CPF possuem validade de 3 (três) anos, o que pode resultar em alterações nas quantidades requeridas a cada ano. Além disso, o SRP permite que esta Corte de Contas adquira a quantidade necessária, evitando o risco de comprar mais certificados do que o necessário, como já ocorreu em anos anteriores, quando essa modalidade não era permitida para contratações diretas.

9. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para a Ata de Registro de Preços é de **R\$ 9.417,00 (nove mil quatrocentos e dezessete reais)**, abrangendo 1 (um) ano de fornecimento para os certificados do tipo e-CNPJ, e 3 (três) anos de vigência para os certificados do tipo e-CPF e Tokens, conforme Proposta (Doc. SEI nº 0975770). O pagamento será efetuado conforme a demanda e a entrega dos serviços, uma vez que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. O parcelamento ocorrerá em função de os pagamentos serem realizados conforme a solicitação e a demanda, uma vez que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. O TCETO utiliza certificados digitais de raiz ICP-Brasil há vários anos, conforme demonstrado pelos processos SEI nº 23.005595-8 (exercício 2024), 22.004491-0 (exercício 2023), 21.004770-4 (exercício 2022) e 21.000113-5 (exercício 2021).

11.2. Essa solução também é adotada por diversos órgãos e entidades públicas, como, por exemplo:

Órgão	Data	Modalidade	Objeto	Valor Unitário	Link
-------	------	------------	--------	----------------	------

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA	09/2024	Dispensa de Eletrônica N° 90001/2024	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (COM TOKEN), HOMOLOGADO PELA ICP-BRASIL COM VALIDADE DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.	R\$ 4.429,92	https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/cat-licitacao/dispensa-eletronica-90001-2024-contratacao-de-servico-de-emissao-de-certificados-digita-para-pessoa-fisica-do-tipo-a3-com-token-homologado-pela-icp-brasil/?utm_source=chatgpt.com
370003 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	07/2024	Dispensa de Licitação N° 90005/2024	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	R\$ 1.508,00	https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tipos/cotacoes-eletronicas/2024/dispensa-de-licitacao-90005-2024
CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES	04/2024	Dispensa Eletrônica N° 90.000/2024	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS ICP-BRASIL	R\$ 1.313,00	https://www.trajanodemoraes.rj.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos-2024/dispensas-de-licitacao/processo-administrativo-no-798-2024-camara-municipal-trajano-de-moraes-rj/?utm_source=chatgpt.com
52131 - COMANDO DA MARINHA	07/2023	Dispensa de Licitação N° 37/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	R\$ 330,00	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20230806110440305.pdf
32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	10/2023	Dispensa de Licitação N° 137/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	R\$ 1.181,30	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20231104224108069.pdf
97400 - DISTRITO FEDERAL -SSP	10/2023	Dispensa de Licitação N° 5/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	R\$ 1.925,00	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20231105180622280.pdf
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	09/2023	Dispensa de Licitação N° 27/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	R\$ 1.181,30	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20231008033822098.pdf
37000 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU	07/2023	Dispensa de Licitação N° 07/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	R\$ 2.340,00	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20230806055312786.pdf
52121 - COMANDO DO EXERCITO	09/2023	Dispensa de Licitação N° 115/2023	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	R\$ 168,00	https://arquivos.bancodeprecos.com.br/files/images/compra_direta/compra_direta_20231008104340861.pdf

12. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO DO PCA-TO/ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO

A futura contratação consta no Plano de Contratações Anual - SIM (X) NÃO ()

A futura contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do TCETO - SIM (X) NÃO ()

No caso positivo, assinalar os objetivos estratégicos:

- | | |
|---|--|
| X | 1. Fortalecer a imagem institucional |
| | 2. Ampliar a efetividade nas ações de controle externo |
| X | 3. Contribuir com o aperfeiçoamento da gestão pública |

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		4. Garantir a celeridade e tempestividade das apreciações e julgamentos
		5. Garantir qualidade no controle externo
		6. Executar controle externo concomitante com base em informações estratégicas e riscos
		7. Incentivar o controle social e a participação da sociedade nas ações do controle externo
	X	8. Promover a celeridade e qualidade no atendimento
		9. Aperfeiçoar ações comunicação e de relacionamento com públicos estratégicos
	X	10. Aperfeiçoar a governança e a gestão organizacional
		11. Aprimorar as competências de forma alinhada às estratégias
		12. Promover a melhoria do nível de desempenho e a valorização dos servidores
		13. Garantir a disponibilidade de informação para a operação e tomada de decisão
		14. Alinhar o Planejamento Orçamentário ao Plano Estratégico

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Com a contratação por meio de Ata de Registro de Preços, a instituição busca alcançar os seguintes benefícios, considerando os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, incluindo a sustentabilidade ambiental:

- 13.1.1. Economia no valor da contratação em razão do ganho de escala proporcionado pela centralização das compras.
- 13.1.2. Eficiência administrativa, com a redução dos custos operacionais e da fragmentação de processos licitatórios.
- 13.1.3. Aumento da eficiência operacional, garantindo maior celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas.
- 13.1.4. Elevação e manutenção do padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade dos serviços que utilizam certificados digitais.
- 13.1.5. Garantia da autenticidade, integridade e não repúdio das transações realizadas, assegurando a confiabilidade das informações.
- 13.1.6. Garantia da segurança das informações trafegadas durante o acesso às aplicações disponibilizadas pelo TCETO.
- 13.1.7. Continuidade na prestação dos serviços de certificação digital, assegurando o bom desempenho das atividades institucionais.

14. ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO (se for o caso)

14.1. Para assegurar a qualidade e a segurança na instalação dos certificados digitais nos servidores web do TCETO, é essencial que a DINFO designe profissionais especializados em Rede de Computadores, podendo, se necessário, contar com serviços terceirizados.

Dimensão	Necessidade de Adequação
Infraestrutura tecnológica	Definição dos servidores Web que serão utilizados para a certificação para certificação digital SSL
Infraestrutura elétrica	Não se aplica
Espaço Físico	Não se aplica
Logística	Não se aplica
Mobiliário	Não se aplica
Demais Necessidades	Providenciar a atualização do responsável pelo domínio tceto.tc.br junto ao Registro br

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não se aplica.

16. CONCLUSÃO

16.1. Conforme as informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar, a dispensa de licitação é viável, pois o valor estimado da contratação por meio de Ata de Registro de Preços está abaixo do limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos de 01 de abril de 2021. Essa dispensa atende aos interesses público e institucional.



Documento assinado eletronicamente por **MAX DOEEL NUNES GUIMARÃES**, COORDENADOR, em 23/04/2026, às 17:48, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0982240** e o código CRC **D1406A77**.